

Reportagens sobre a Cor da Pele em Jornais de Salvador e Aracaju/Brasil: criminalidade, loucura e macumba

Ana Cristina de Souza Mandarinol

Introdução

O presente trabalho é fruto de minha tese de doutorado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ como resultado de minhas observações e do envolvimento enquanto pesquisadora, desde a graduação, com as comunidades de terreiro do Rio de Janeiro no período em que, como assistente de pesquisa, pude desfrutar do convívio de pais e mães-de-santo, fora do *momento ritual*, onde a descontração e a intimidade faziam as conversas discorrerem sobre os mais diversos assuntos.

Podemos perceber que um dos assuntos preferidos dizia respeito a como hoje encontrasse a religião, e quais as medidas que poderiam ser tomadas para que o Candomblé fosse melhor visto pela sociedade em geral. Os comportamentos percebidos pelos adeptos como não condizentes com a *tradição*, acabavam sendo tomados como exemplo, nas notícias de jornais e de programas veiculados na mídia em geral, além de programas religiosos.

Assim, após comentarem sobre o comportamento de certos indivíduos, e o quanto este era prejudicial à *imagem* da religião, relembavam e enfatizavam a luta que a religião travou para que fosse mais respeitada, dos anos de perseguição policial, e de como aqueles que professavam a religião dos Orixás, Voduns e Inquices² eram perseguidos com o rótulo de *loucos e depravados*.

A familiaridade adquirida com a visão de mundo do *povo-de-santo*³ conduziu-me a pensar, sobre as “representações”,⁴ que ainda hoje incidem sobre estes grupos e em que medida são percebidas pelo “senso comum”⁵, da mesma maneira que são elaboradas e alimentadas a partir das notícias saídas na imprensa.

De acordo com Bastide, Verger e Elbein entre outros, o Candomblé pode ser definido como uma manifestação religiosa resultante da reelaboração das várias “visões de mundo

e de ethos”⁶ provenientes das múltiplas etnias africanas que, a partir do século XVI, foram trazidas para o Brasil. É somente no século XVIII que esta designação será aplicada aos grupos organizados e especialmente localizados. Verger (1981), porém indica as primeiras menções as religiões africanas no Brasil como existentes nas anotações feitas pela Inquisição em 1860.

Segundo Elbein (1988), guardando as devidas reservas, uma vez que a impossibilidade de uma comprovação mais rigorosa esbarra na escassez de material oficial, é provável que o primeiro contingente de escravos vindo da região de Ketu, tenha chegado ao Brasil por volta de 1789. Este grande grupo, proveniente de uma vasta região, será conhecido no Brasil pelo nome genérico de Nagô, portadores de uma tradição, cuja riqueza deriva das culturas individuais dos diferentes reinos de onde se originaram.

A fim de situar, aproximadamente, a chegada dos primeiros grupos nagô ao Brasil – seguindo por um lado, o esquema dos quatro ciclos distinguidos por Luis Viana Filho (1964) e que foram mais tarde minuciosamente examinados e modificados por Pierre Verger (1964 e 1968), e por outro lado a cronologia deduzida das fontes orais – pode-se admitir que os Nagô foram os últimos a se estabelecerem no Brasil, no fim do século XVIII e início do século XIX.

Segundos estes autores os ciclos estariam assim divididos:

- I — Ciclo da Guiné, século XVI;
- II — Ciclo de Angola, século XVII;
- III — Ciclo da Costa da Mina e Golfo do Benin, século XVIII até 1815;
- IV — Última fase: a ilegalidade: de 1816 a 1851.

Os chamados Jêje e Nagô teriam vindo no IV ciclo, no período compreendido entre

1770 e 1850, sendo que estaria aí incluído o período do tráfico clandestino.

Cabe ressaltar, que, se estamos dando mais ênfase ao grupo étnico jêje-nagô, é porque será este que irá fundar as primeiras casa de culto que se tem oficialmente notícia, passando este modelo ser tido como referência quando se fala de estudos sobre as religiões afro-brasileiras. Inclusive é curioso lembrar, que o próprio Nina Rodrigues a estes exalta como “os negros nagôs possuem uma mitologia bastante complexa, com divinização dos elementos naturais e fenômenos meteorológicos” (ELBEIN, 1988: 216), “[...] da preponderância adquirida no Brasil pela mitologia e culto dos jejes e iorubanos a ponto de, absorvendo todos os outros, prevalecer este culto quase como a única forma de culto organizada dos nossos negros fetichistas”.(ELBEIN, 1988: 215).

Os Terreiros, Roças, Abaças ou Casas-de-Santo, denominações correntes utilizadas para nomear os espaços e grupos de culto aos deuses africanos” – Orixás, Inquices e Voduns – representam assim historicamente, uma forma de resistência cultural, coesão social, e ao mesmo tempo centro de fermentação para sublevações e rebeliões, relatando às várias rebeliões ocorridas no século XIX como tendo relação com a fé que professavam os insurretos (RODRIGUES, 1988). É interessante ressaltar que Nina Rodrigues ao referir-se as rebeliões levava em consideração apenas a origem e a fé dos rebeldes, esquecendo-se que as próprias condições em que estes viviam – *sub-humanas* – por si só já eram motivos suficiente para a rebelião ou motim.

As formas da religiosidade africana, no caso brasileiro, podem ser consideradas fatores fundamentais para a formação de reagrupamentos institucionizados de africanos e seus descendentes, escravos, foragidos e libertos. Ao lado de associações religiosas propriamente ditas, como Terreiros e Irmandades de Igrejas Católicas, – e mais tarde – Federações, desenvolveram-se durante a escravidão formas de resistência política – os quilombos – que geralmente estavam associados às práticas religiosas africanas.

Assim, passaremos a encontrar mais tarde, em diversas regiões do Brasil, a disseminação dos cultos de origem africana, que agora

tomariam o nome de religião afro-brasileira denominadas genericamente sob os nomes de Umbanda e Candomblé.

Podemos perceber que a base dessas representações está situada no nível de relacionamento existente entre o rótico religioso, a cor da pele e o nível social dos participantes dos grupos religiosos.

Vale ressaltar que as representações são, elas próprias, marcadas por critérios sociais e por mecanismos classificatórios fundamentados no sistema hierarquizado da organização social. Neste sistema, é possível perceber fronteiras nitidamente estabelecidas para a firmação individual e grupal, fundamentadas nos credos religiosos assumidos, na aparência física (cor da pele, feições, cabelos, vestuário, etc.), que indicam a pertença a um dos diversos grupos profissionais e confessionais que, por sua vez, ajudam a promover a inserção – individual e grupal – nas diferentes camadas da pirâmide social. (TEIXEIRA, 1992).

A articulação entre as rotulações religiosas e a racial é considerada como um fator importante para a compreensão do cenário social brasileiro, marcado pelo “medo do feitiço”, conforme mostrado por Maggie (1992), e alimentado e reforçado pelas notícias estereotipadas veiculadas na mídia. É esse medo exagerado do feitiço/malefício, fruto muito mais de um imaginário, do que baseado em verdades comprovadas, que irá promover durante muito tempo uma justificativa a qual, imprensa e polícia, atribuíam como resultado às perseguições.

Assim, procuramos buscar identificar a possível articulação existente entre as representações acerca da loucura, criminalidade e religiões afro-brasileiras (Umbanda e Candomblé) e as notícias veiculadas nos jornais das cidades de Salvador e Aracaju e de como estas participaram da construção e cristalização de estereótipos negativos incidentes sobre aqueles que praticam e cultuam Orixás, Voduns, Inquices e entidades afro-brasileiras.

A leitura das representações engendradas sobre a população *macumbeira*, rótulo genérico incidente sobre negros, mestiços e brancos, adeptos das religiões afro-brasileiras, aponta para o processo de classificação que incide sobre grupos e indivíduos que tanto serve para justificar desigualdades sociais,

como para sedimentar hierarquizações através de uma inferioridade atribuída. Um dos aspectos ressaltados na confecção dos retratos dos adeptos das comunidades religiosas, mostrado nos noticiários dos jornais, e mais recentemente na TV, é o da criminalidade, da loucura, devassidão e luxúria.

Assim, este trabalho tem como objetivo demonstrar como os estereótipos acerca das religiões afro-brasileiras foram cristalizados nas notícias de jornais nas cidades de Aracaju e Salvador durante o período de maior repressão aos cultos afro, que teve seu início na década de 30 e perdurou até o final da década de 60.

Ao partimos para nossa pesquisa nos órgãos públicos do Estado de Sergipe, e ao conversarmos com cada um dos dirigentes, dessas instituições, outra surpresa nos aguardava. Segundo estes, não havia registros em jornais que tratassem da perseguição aos cultos negros no Estado, porque, por ordem dos poderes públicos da época, era proibido qualquer registro que retratassem as ações de perseguição, invasão e prisão ocorrida nos terreiros de Umbanda e Candomblé.

Diante desta nova perspectiva, que nos impedia o acesso ao material bibliográfico, resolvemos centrar nossa pesquisa, pelo menos no Estado de Sergipe, nos usos da história de vida e da oralidade, mesmo conscientes das limitações deste método.

Entretanto, devemos ressaltar que não descartamos a busca por materiais oficiais que comprovassem nossa idéia, pois consideramos que independente da quantidade a que tenhamos acesso, nos deteremos em analisar a importância, qualidade e significado do que encontrarmos.

Já nos Estado da Bahia, especificamente na cidade de Salvador, empreendemos pesquisa nos órgãos e jornais em que houvessem referências aos cultos afro-brasileiros, buscando ressaltar as diferenças que marcam estas duas sociedades tão próximas uma da outra, e, no entanto, distanciadas pela maneira através da qual optaram tratar o mesmo tema – uma a repressão e a negação da existência; no caso da cidade de Aracaju, e a outra a repressão e a veiculação da notícia em manchetes de jornais – e em que grau refletem as visões de mundo e – *modus vivendi* das próprias sociedades.

Encontramos na cidade de Aracaju cerca de 15 notícias por nós analisadas que diziam respeito a uma período que ia desde a década de 50, até o final da década de 70. Vale ressaltar, que no período anterior, onde a repressão levada a cabo pelo regime político que se instalou no Brasil a partir da década de 30 e que perdurou até o final da década de 40, e que caracterizou-se como o período de maior repressão do Estado aos cultos afro-brasileiros, a ocultação por parte da imprensa das prisões e perseguições, mantinham uma certa coerência com o momento político de então, que iria marcá-la por muito tempo ainda.

É sabido por todos em Sergipe, do episódio envolvendo um secretário de segurança que ordenou a queima de todos os boletins de ocorrência que registrassem as prisões de negros ou que retratassem perseguições.

Desta maneira, as décadas de 50 e 70, período onde as comunicações de massa começam a exercer influência significativa sobre os indivíduos, ditando e alterando padrões de comportamento, questionando valores e levando informações rápidas e precisas através do surgimento da TV e dos jornais de grande circulação, são o momento onde encontraremos um maior número de notícias na imprensa envolvendo os cultos afro-brasileiros e acerca de suas práticas.

Ao contrário, no Estado da Bahia, desde o início do século, vamos encontrar notícias veiculadas que dão conta da perseguição aos cultos. Dentre tantos, escolhemos cerca de 12, que de várias formas nos possibilitavam um panorama de como esta sociedade lidava com a questão das religiões afro-brasileiras e da possessão. Acreditamos, que diferente de Aracaju, que não possuía uma – “tradição” forte em relação a organização dos cultos e quanto a uma origem que pudesse ser evocada, em Salvador, ao contrário, desde cedo a imprensa acostumou-se a ceder espaços em seus diários aos debates levados a cabo pela Escola de Medicina e por seus seguidores, que acreditavam ser de suma importância a divulgação na imprensa sobre a periculosidade que envolviam negros e mestiços praticantes das religiões afro-brasileiras.

Com relação a loucura associada aos praticantes dos cultos afro-brasileiros, partire-

mos por considerar que durante os primeiros anos deste século, os estudos da Psiquiatria voltavam-se para as religiões afro-brasileiras como local capaz de promover a teoria aceita por muitos e, principalmente, por alguns psiquiatras de que negro e religião eram os ingredientes perfeitos que, combinados, eram capazes de promover a loucura e a criminalidade

Os estudos de Raimundo Nina Rodrigues⁷, Ulisses Pernambucano e Cunha Lopes entre outros, grandes expositores desta teoria, acreditavam que a população negra participante das religiões afro-brasileiras (Umbanda e Candomblé) eram passíveis de desenvolver algumas patologias e degenerações. Assim, diante desta perspectiva os terreiros em vários pontos do país, especialmente os do Rio de Janeiro, Salvador e Recife viram-se invadidos durante as sessões públicas (fato que daria maior destaque às notícias de jornal) por ilustres personagens que tentavam ali encontrar a prova cabal que referendasse suas teorias.

Este autor inclusive foi o fundador da *Escola de Patologia Social* fortemente influenciado pelas teorias evolucionistas em voga na Europa, que articulava três disciplinas: a medicina, o direito e a antropologia social. Esta associação tinha como objetivo demonstrar através de argumentos “lógicos e científicos” que a população brasileira era intelectual e psicologicamente inferior na confrontação com a superioridade indiscutível dos brancos. (RODRIGUES, 1988).

No quadro em que se explana a pluralidade da sociedade brasileira, além da discriminação que recai sobre tudo ou todos que são considerados *negros* ou *afro*, o rótulo de *macumbeiro* supõe ainda uma outra dimensão: aquela estabelecida pela Escola de Patologia Social que associa certas práticas rituais, como possessão, à loucura e a criminalidade (BIRMAN, 1986). Outras doenças também foram atribuídas aos negros e mestiços, assim como atributos morais e comportamentais, o que contribui fortemente para o enquadramento dessas populações e de suas manifestações culturais e religiosas como produzidas por “gente de segunda categoria” conforme Nina Rodrigues.

Vale ressaltar, que segundo Angela Lunhing (2000), no período que realizou sua

pesquisa que vai de 1920 até 1942, nos jornais “A Tarde” e “Estado da Bahia” sobre as perseguições aos Candomblés baianos, apenas uma reportagem foi escrita por um jornalista presente a invasão, não havendo nenhum outro registro nas inúmeras reportagens que prove a presença de jornalistas presentes. O que demonstra que as notícias eram veiculadas de acordo com o imaginário e o senso comum daqueles que as escreviam, deixando transparecer não só o desconhecimento a respeito das religiões afro-brasileiras, como representavam os estereótipos pelos quais as religiões afro-brasileiras eram percebidas.

Com o passar do tempo notícias que relatavam a invasão e posterior captura e encarceramento dos freqüentadores e adeptos dos terreiros começaram a aparecer na imprensa escrita. Estas notícias serviriam para reforçar os preconceitos que já se encontravam latentes no imaginário social, agora substanciados e legitimados pela imprensa. Essas notícias transformar-se-iam na manhã seguinte em manchetes de jornais.

Notícias: ideologias e estereótipos aos negros

Os jornais de uma forma geral sempre trouxeram em suas manchetes relatos acerca das *curas* obtidas nos terreiros da mesma forma que questionavam a validade e a veracidade de tais fatos, fornecendo, assim, material amplo para moldar o imaginário social acerca da loucura e da criminalidade e as religiões afro-brasileiras.

Assim, *perda de controle, exploração pública, crime, suicídio, brigas, adultério, roubos, loucuras* sempre foram vistas pelos jornais como atividades comuns no âmbito dos terreiros, da mesma forma que seus freqüentadores eram percebidos como cidadãos perigosos, que deveriam permanecer sobre suspeita policial. Em síntese, todo *macumbeiro* era classificado como um possível delituoso ou delinqüente.

Quase sempre matéria de primeira página em jornais populares, este tipo de destaque tanto pode ser interpretado como apelo para a venda de jornais através do sensacional e do misterioso, – marcas, representações e estigmas – quanto o que se desejava ver

reforçado. Nesta perspectiva era delimitado, de forma mais nítida o espaço social para as religiões afro-brasileiras; principalmente na década de 50, quando tais formas religiosas não tinham recebido ainda a marca da legitimidade conferida pelos estudos antropológicos desenvolvidos a partir das décadas de 50 e 60.⁸ (BROWN, 1985; TEIXEIRA, 1986).

Assim, buscamos demonstrar que as notícias veiculadas na imprensa valorizam o sensacional e o caricato, sendo focado principalmente homicídios, suicídios e casos de loucura. Tendo sempre consciente que a notícia não é um ingênuo relato de um fato, mas uma construção elaborada segundo determinada ótica e ética, do nosso ponto de vista, todo jornal é um veículo, um instrumento, criador de um mundo no qual se põe à consciência e ao consumo dos leitores.

As informações, portanto, são elaboradas por escolha, interpretação e avaliação, tornando-se assim significativas. O jornal colocando-se como reproduzidor de uma realidade que se dá à observação, torna-se, na verdade, produtor e reproduzidor de um universo ideológico que atende a interesses específicos.

Acreditamos que a notícia tem um determinado fim, no entanto, resta-nos saber se aqueles que a produzem têm uma consciência clara de seu conteúdo e de como este repercutirá sobre aqueles que as lêem, ou se simplesmente atuam como agentes de uma *coisa* maior, reproduzindo, eles próprios articulações do imaginário social acerca de determinados grupos, em especial aqueles que professam a religião dos Orixás Inquices e Voduns.

Conclusão

Após emprendermos nosso trabalho, cujo objetivo reside em percebermos as representações que incidem sobre a cor da pele dos adeptos e praticantes dos cultos afro-brasileiros, acerca das notícias veiculadas na imprensa sergipana e baiana, algumas questões nos parecem relevantes.

O início do século surge como um momento de grande reflexão por parte daqueles que enxergavam a necessidade de transformar o país. A realidade social,

econômica, política e cultural, com a qual se defrontavam intelectuais, escritores, políticos, profissionais liberais e setores populares, não se ajustava facilmente às idéias e aos conceitos, aos temas e às explicações emprestadas, às pressas, de sistemas de pensamentos elaborados em países da Europa. Estava em curso uma fase importante no processo de construção de um movimento capaz de pensar a realidade e a cultura nacional. (IANNI, 1992, *apud* MANDARINO, 1995: 40).

As transformações políticas, econômicas e culturais por qual passavam o país, foi responsável pelo surgimento de várias correntes contrárias a aproximação, se é que se pode dizer desta maneira, entre as classes populares e os setores mais conservadores e hegemônicos da sociedade.

A busca pela instauração de uma nova ordem mais próximas das aspirações daqueles que pensavam a necessidade de um *Brasil moderno*, não condizia com uma sociedade onde a presença de negros e de seus rituais *impuros* pudessem proliferar.

Com isso, procuramos demonstrar que os mecanismos reguladores criados pelo Estado desde a República não extirparam a crença na magia e em sua eficácia, mas ao contrário, foram fundamentais para sua constituição.

Isto vai gerar inúmeras estratégias pelo povo-de-santo, que em determinado momento vão se fazer acompanhar de políticos e pessoas influentes, que acabarão por criar espaços para estes nos meios de comunicação. Esta estratégia de mão dupla, que por um lado é capaz de fazer com que alguns representantes e seus terreiros, passem a ser vistos de forma diferenciada por uma parcela da sociedade, por outro, vai gerar um comprometimento capaz de afastar alguns, e de levar a suspeita a outros.

Estes mecanismos podem ser percebidos nos processos de formação das várias Federações em diversos Estados, onde estes locais passam a servir de espaço para a cooptação política em troca de favores, como espaços em colunas de jornais e revistas, além da concessão de horários em rádios.

Sobre as perseguições aos cultos afro-brasileiros, podemos concluir que, diferente do que ocorreu em outros Estados, embora

o contrário seja enunciado nas poucas reportagens recolhidas, e apenas apontado nos depoimentos, em Aracaju, as perseguições e a repressão não tinham como principal objetivo à punição dos adeptos por estes praticarem *feitiçarias* ou *malefícios*. No Estado de Sergipe a perseguição fora muito mais organizada como forma de *instauração da ordem* do que por acusações de *feitiçaria*.

Como a sociedade sergipana pouco contato tinha com aqueles que à praticavam, o *medo do feitiço* era algo apenas cogitado. O caráter norteador dado às perseguições e a repressão encontravam-se muito mais revestido de uma postura ideológica, do que propriamente com preocupação da possível incidência de malefícios.

É curioso percebermos que Dantas (1984), ao tratar das perseguições aos cultos afro-brasileiros no Estado de Sergipe, e sua relação com as acusações de que serviam de local para abrigo de comunistas, e o papel desempenhado pela imprensa, se utilize, como nós, para sua análise de jornais da Bahia, escl-

recendo ela própria que muita pouca coisa encontrou na imprensa local nos poucos jornais ainda preservados.

No caso específico deste estudo, nos foi possível identificar que isto vem ocorrendo junto àqueles pertencentes às *minorias*, sejam elas caracterizadas pelos negros, pelos adeptos dos cultos afro-brasileiro, enfim, uma parcela que acaba por ficar à margem da sociedade por não conseguir se articular em um sistema voltado para atender àqueles que se proclamam brancos e superiores aos demais.

Nesta linha, identificamos ainda que, os que se intitulam serem brancos, vêm desde o início do desenvolvimento desse país, pontuando e delimitando seu território, seja este ligado aos aspectos político, culturais, sociais, enfim, na maneira pela qual marcam e exercem suas ações em sociedade. Neste sentido, encontramos os jornais e as notícias veiculadas servindo em verdade como difusores e norteadores de opiniões de um determinado grupo.

Bibliografia

Archanjo, Marcelo V. *Candomblé, Macumba e Umbanda: o Feitiço do O Dia* - In: Cadernos de Iniciação Científica, n.5, LPS/IFCS/UFRJ, 1995.

Cohn, Gabriel. *Theodor W. Adorno: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

Concone, M. H. e **Negrão**, L. N. *Umbanda: da repressão à cooptação. O envolvimento político partidário da Umbanda paulista nas eleições de 1982*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

Dantas, Beatriz. *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *De feiticeiros a Comunistas: acusações sobre o Candomblé*. São Paulo, Revista Dédalo, 23/1984, Museu de Etologia da Universidade de São Paulo/Edusp.

_____. Nanã de Aracaju: trajetória de uma mãe plural. In *Caminhos da Alma*. São Paulo: Selo Negro, 2002 Org. Vagner Gonçalves da Silva.

Dantas, Ibarê Costa. *Revolução de 30 em Sergipe - Dos Tenentes aos Coronéis*. São Paulo: Cortez/UFS, 1983.

_____. *Os Partidos Políticos em Sergipe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Elbein, Joana dos Santos. *Os Nagô e a Morte*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

Holfeldt, Antonio, **Martino**, Luiz C. e **França**, Vera. *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Mandarino, Ana Cristina de S. *Um estudo das representações raciais em dois terreiros de Umbanda*

- *Maria ou Jurema?* Dissertação de Mestrado FFLCH/Departamento de Antropologia Social/USP, 1995.

Moraes, Enio. *Sociologia da Comunicação: abordagens teóricas*. Aracaju: 1997 (mimeo).

Rodrigues, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1988.

Lünhing, Angela. *Acabe com este santo, Pedrito vem aí... - mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação/ USP, 1997 (mimeo).

Maggie, Yvonne. *Medo de feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Teixeira, Maria Lina L. *Identidade religiosa e relações raciais no Brasil*. Boletim n 6 Laboratória de Pesquisa Social/IFCS/UFRJ,1992.

Torres, Acrísio. *A Imprensa em Sergipe*. Brasília: Senado Nacional,1993.

Fairclough, N., *A Mídia e a linguagem: organizando uma pauta*. Tradução de Álvaro Souza, Aracaju, 2002.

Winne, João Pires. *História de Sergipe: de 1930 a 1972*. Rio de Janeiro. Pongueti, 1973,vol 2.

¹ Universidade Tiradentes, Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

² Estas denominações dizem respeito as várias tradições que denominam os principais grupos de cultos.

³ Conjunto de adeptos das diferentes formas religiosas denominadas de afro-brasileiras.

⁴ Segundo Goffman, “representação seria toda atividade desenvolvida por um indivíduo num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência.” (GOFFMAN, 1975).

⁵ Conforme indicou Schultz, o que distingue o “senso comum” como um modo de “ver” é a simples aceitação do mundo, dos seus objetos e dos seus processos exatamente como se apresenta, como parecem ser e o motivo pragmático, o desejo de atuar sobre esse mundo de forma a dirigi-lo e colocá-lo em seus próprios limites (GEERTZ, 1988).

⁶ Na discussão antropológica recente, os aspectos morais e éticos de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo “ethos”, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo “visão de mundo.”(GEERTZ, 1989: 143).

⁷ Introdutor do rigor científico nas pesquisas sobre o social, Nina Rodrigues inaugurou a prática etnográfica no meio urbano e sobre as relações entre negros e brancos, dando especial atenção ao fenômeno religioso afro-brasileiro e sua incidência sobre a criminalidade praticada por negros e mestiços.

⁸ A produção acadêmica ultrapassa os meios intelectuais, vindo a tornar-se objeto de interesse dos adeptos nas comunidades, ou temática para romances novelas e filmes.